



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0009887-85.2021.6.05.8000
INTERESSADO : @interessados_quebra_linha_maiusculas@
ASSUNTO : Nega provimento impugnação

Decisão nº 1649398 / 2021 - PRE/DG/ASSED

Cuida-se de impugnação ao edital n.º 12/2021, apresentada pela empresa TOTAL HS HIGIENIZA E SANITIZA LTDA, conforme documento n.º 1643331.

Alega a impugnante que o Edital é omissivo e apresenta irregularidades quanto às condições de habilitação das empresas. Em suma, requer que as seguintes condições sejam previstas no edital para o lote 2- sanitização:

- a) Registro no ANVISA do fabricante do produto que será disponibilizado.
- b) Registro no ANVISA do produto que será disponibilizado.
- c) Apresentem a Ficha técnica do produto que será disponibilizado.
- d) Apresentem a Ficha de informações de segurança do produto químico (FISPQ), informando a não necessidade de proteção respiratória e proteção para pele e corpo
- e) Apresentem o Laudo de eficácia contra SARS-COV2 emitido por laboratório público com REBLAS – MS – ANVISA;
- f) Apresentem o documento comprovando eficiência do “long lasting” (tempo de duração).

Em documento n.º 1645919, a Coordenadoria de Serviços Administrativos (COSAD) manifestou-se no sentido de que todas as condições estão previstas, conforme item 8, alínea *t* do Termo de Referência.

O pregoeiro designado para condução da licitação, após a manifestação da área demandante, manifestou-se pelo não acolhimento da impugnação e submeteu à apreciação superior, documento n.º 1646015.

A Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos e Questões Administrativas da Diretoria-Geral, mediante pronunciamento em parecer de n.º 191, documento n.º 1646621, concluiu:

(...)

7. Pois bem. Em análise conjunta das disposições acima, podemos afirmar que este Tribunal cercou-se das cautelas necessárias para a contratação dos serviços de sanitização, quando fixou exigências relativas à qualificação das concorrentes, primando pela *expertise* a ser comprovada mediante apresentação de atestados de capacidade técnica, bem assim quanto ao atendimento das exigências legais que as habilitam para o serviço em questão, e que dizem respeito ao licenciamento concedido pelos órgãos competentes. Complementando-se a segurança na melhor contratação, estabeleceu, para a fase de execução, a obrigatória utilização de produtos em conformidade com as regras do órgão regulador (ANVISA).

7.1. Mais do que isso seria exorbitar dos comandos legais, vez que a Administração não pode exigir como critério de habilitação quaisquer documentos diversos daqueles elencados nos arts. 27 a 31 da Lei 8.666/1993.

(...)

10. Pelo exposto, somos pelo não acolhimento da Impugnação, mantendo-se as condições de habilitação na forma originariamente vista no edital do Pregão nº 12/2021, e que dispensam prévia comprovação/verificação relativa aos produtos que serão utilizados pelas empresas na prestação dos serviços constantes do lote 2 (serviços de sanitização).

Deste modo, lastreado no parecer da ASJUR, o qual acolho e adoto como razão de decidir, e com amparo nas atribuições do art. 123, VI, da Resolução Administrativa 04/2021, **conheço da presente impugnação e, no mérito, nego-lhe provimento.**

Ao NUP, para as providências devidas, inclusive notificar a impugnante da decisão proferida, publicar a decisão e dar prosseguimento ao procedimento licitatório.

RAIMUNDO VIEIRA

Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo de Campos Vieira, Diretor Geral**, em 15/06/2021, às 15:27, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1649398** e o código CRC **201A1DF9**.